

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	21
--------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

DIREITO ELEITORAL	23
1.1. Conceito de Direito Eleitoral	23
1.2. Fontes do Direito Eleitoral.....	24
1.3. Princípios do Direito Eleitoral.....	26
1.3.1. Princípio da celeridade	26
1.3.2. Princípio da preclusão.....	28
1.3.3. Princípio da concentração dos atos processuais.....	29
1.3.4. Princípio da instrumentalidade das formas.....	30
1.3.5. Princípio da igualdade de chances (ou paridade de armas).....	31
1.3.6. Princípio do <i>in dubio pro suffragio</i> (aproveitamento do voto)	33
1.4. O sistema de nulidades no Direito Eleitoral.....	34
1.4.1. A instrumentalidade das formas e a exigência de prejuízo (<i>pas de nullité sans grief</i>)	34
1.4.2. A vedação ao benefício da própria torpeza	35
1.4.3. A “nulidade de algibeira”	36
1.4.4. Nulidades absolutas vs. relativas e a matéria constitucional.....	36

CAPÍTULO 2

DIREITO ELEITORAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	39
2.1. Soberania popular.....	39
2.1.1. O exercício representativo (indireto) da soberania popular.....	40
2.1.2. O exercício direto da soberania popular: plebiscito e referendo	40
2.1.3. O exercício direto da soberania popular: iniciativa popular	41
2.1.4. Consultas populares locais.....	42

2.2.	Alistamento eleitoral e voto.....	42
2.2.1.	Obrigatoriedade, facultatividade e inalistabilidade do alistamento eleitoral	43
2.2.2.	Acessibilidade e inclusão no cadastro eleitoral	44
2.3.	Direitos políticos.....	45
2.3.1.	Cancelamento da naturalização	46
2.3.2.	Incapacidade civil absoluta	47
2.3.3.	Condenação criminal transitada em julgado.....	48
2.3.4.	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta (escusa de consciência)	49
2.3.5.	Improbidade administrativa.....	49
2.3.6.	Outorga a brasileiros dos direitos políticos em Portugal	50
2.3.7.	Efeitos, garantias e consequências da privação dos direitos políticos	50
2.4.	Princípio da anualidade da lei eleitoral.....	51

CAPÍTULO 3

JUSTIÇA ELEITORAL 53

3.1.	História da Justiça Eleitoral.....	53
3.2.	Órgãos e composição	55
3.2.1.	O Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	55
3.2.2.	Os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).....	56
3.2.3.	Os Juízes Eleitorais.....	57
3.2.4.	As Juntas Eleitorais	57
3.2.5.	Investidura, temporariedade e garantias (o “biênio eleitoral”).....	59
3.3.	Competência.....	59
3.3.1.	Aspectos gerais e escalonamento	59
3.3.2.	Competência do TSE	60
3.3.3.	Competência dos TREs	61
3.3.4.	Competência dos Juízes Eleitorais.....	62
3.3.5.	Competência das Juntas Eleitorais.....	63

CAPÍTULO 4

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 65

4.1.	Natureza jurídica e composição híbrida	65
4.2.	Procurador-Geral Eleitoral	65
4.3.	Procuradores Regionais Eleitorais.....	66
4.4.	Promotores Eleitorais	67
4.5.	Princípios institucionais e atuação processual.....	68

CAPÍTULO 5

PARTIDOS POLÍTICOS	71
5.1. Natureza jurídica	71
5.2. Autonomia partidária.....	73
5.3. Ciclo de vida dos partidos políticos.....	75
5.3.1. Criação e registro	76
5.3.2. Fusão e incorporação	77
5.3.3. Extinção e cancelamento do registro.....	79
5.4. Coligações partidárias.....	80
5.4.1. Restrição às eleições majoritárias e fim da verticalização	81
5.4.2. Formação, convenções e denominação.....	81
5.4.3. Representação e legitimidade processual	83
5.4.4. Propaganda eleitoral e limite à responsabilidade solidária.....	84
5.5. Federações partidárias.....	84
5.5.1. Constituição e prazo de registro	85
5.5.2. Autonomia, identidade e prestação de contas.....	87
5.5.3. Vínculo temporal, sanções e fidelidade partidária	88
5.5.4. Legitimidade processual e questões <i>interna corporis</i>	88
5.6. Filiação partidária.....	89
5.6.1. Capacidade para filiação e a suspensão de direitos políticos	90
5.6.2. Prazos de filiação e autonomia estatutária.....	91
5.6.3. O processamento e a prova da filiação	92
5.6.4. Desfiliação e a coexistência de vínculos partidários.....	93
5.7. Fidelidade partidária	94
5.7.1. A restrição da perda de mandato aos cargos proporcionais.....	95
5.7.2. Hipóteses de justa causa para desfiliação.....	96
5.7.3. Exceções constitucionais (anuência e cláusula de desempenho)	98
5.7.4. Fidelidade nas federações partidárias.....	99
5.8. Acesso gratuito ao rádio e à televisão.....	99
5.8.1. Evolução legislativa e formato	100
5.8.2. Critérios de distribuição e a cláusula de desempenho	101
5.8.3. A promoção da participação feminina.....	102
5.8.4. Vedações e suspensão em ano eleitoral.....	103
5.9. Fundo Partidário.....	104
5.9.1. Cláusula de desempenho e critérios de distribuição	105
5.9.2. Aplicação dos recursos e ações afirmativas	106
5.9.3. Pagamento de sanções e multas	108
5.10. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	109

5.10.1. Composição, disponibilização e renúncia	109
5.10.2. Distribuição entre os partidos políticos	110
5.10.3. Distribuição interna e ações afirmativas	111
5.10.4. Limitações de uso e devolução ao Erário	113
5.11. Prestação de contas dos partidos políticos	115
5.11.1. Escrituração, prazos e simplificação	115
5.11.2. Natureza jurisdicional e prescrição	117
5.11.3. O escopo da fiscalização e o isolamento da responsabilidade	118
5.11.4. Desaprovação das contas e suas sanções	118
5.11.5. A omissão na prestação de contas	119
5.11.6. Refis e adimplemento por esferas superiores	121
5.12. Sanções, anistias e o Programa de Recuperação Fiscal ("Refis Partidário")	121
5.12.1. A individualização da responsabilidade e o sistema sancionatório	122
5.12.2. As anistias partidárias	124
5.12.3. O Programa de Recuperação Fiscal ("Refis Partidário")	125

CAPÍTULO 6

RESTRIÇÕES AO DIREITO DE VOTAR E SER VOTADO 127

6.1. Inelegibilidade	127
6.1.1. Origem constitucional e infraconstitucional (a preclusão)	128
6.1.2. Interpretação restritiva e distinções	130
6.1.3. Causas de inelegibilidade em espécie	130
6.1.3.1. Causas de inelegibilidade constitucional	131
6.1.3.1.1. A inelegibilidade dos analfabetos	132
6.1.3.1.2. A vedação aos Chefes do Poder Executivo para o exercício de um terceiro mandato consecutivo (art. 14, § 5º, da Constituição)	133
6.1.3.1.3. A ausência de desincompatibilização do Chefe do Executivo no prazo de seis meses para disputar outros cargos (art. 14, § 6º)	135
6.1.3.1.4. A inelegibilidade reflexa por parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º)	136
6.1.3.2. Causas de inelegibilidade infraconstitucional	139
6.1.3.2.1. Perda de mandato eletivo e renúncia para evitar cassação (alíneas "b", "c" e "k")	140
6.1.3.2.2. Condenação criminal (alínea "e")	142
6.1.3.2.3. Rejeição de contas públicas (alínea "g")	144
6.1.3.2.4. Improbidade administrativa (alínea "l")	146
6.1.3.2.5. Demissão do serviço público (alínea "o")	148
6.1.3.2.6. Ilícitos eleitorais (alíneas "d", "h", "j" e "p")	149
6.1.3.2.7. Infrações ético-profissionais e inabilitação de categorias específicas (alíneas "f", "i", "m" e "q")	151

6.1.3.2.8.	Fraude e simulação de desfazimento de vínculo conjugal (alínea "n")	152
6.2.	Condições de elegibilidade	153
6.2.1.	Distinções entre condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade	153
6.2.2.	Condições constitucionais de elegibilidade	154
6.2.2.1.	Nacionalidade brasileira	154
6.2.2.2.	Pleno exercício dos direitos políticos	156
6.2.2.3.	Alistamento eleitoral	158
6.2.2.4.	Domicílio eleitoral na circunscrição	158
6.2.2.5.	Filiação partidária	160
6.2.2.6.	Idade mínima	161
6.2.3.	Condições legais de elegibilidade	162
6.2.3.1.	Quitação eleitoral	163
6.2.3.2.	Escolha em convenção partidária	164
6.2.4.	Momento de aferição das condições de elegibilidade	164
6.3.	Privação dos direitos políticos	166
6.3.1.	Reflexos no mandato eletivo e na quitação eleitoral	167
6.3.2.	Efeitos na filiação e na atividade partidária	167
6.4.	Desincompatibilização	168
6.4.1.	Territorialidade da desincompatibilização	169
6.4.2.	Afastamento formal e de fato e o ônus da prova	169
6.4.3.	Natureza do vínculo funcional: afastamento temporário ou definitivo	170
6.4.4.	Regras específicas de destaque	170
6.4.5.	Desincompatibilização na iniciativa privada e o vínculo com o Poder Público	172
6.4.6.	Momento de arguição (a preclusão e a superveniência)	173
6.5.	Inabilitação para o exercício de função pública	173

CAPÍTULO 7

ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL 175

7.1.	Alistamento eleitoral	175
7.1.1.	Fases do alistamento: qualificação e inscrição	176
7.1.2.	Recursos no procedimento de alistamento eleitoral	177
7.1.3.	O fechamento do cadastro eleitoral	177
7.1.4.	A transferência de domicílio eleitoral	178
7.1.5.	Cancelamento e exclusão da inscrição eleitoral	179
7.1.6.	Revisão de eleitorado	181
7.2.	Domicílio eleitoral	182
7.2.1.	O conceito elástico do domicílio eleitoral	183
7.2.2.	Aferição no registro de candidatura e o efeito da preclusão	183
7.2.3.	O domicílio eleitoral dos militares e dos magistrados	184

7.2.4.	A figura do “Prefeito Itinerante”	185
7.2.5.	A figura da “família itinerante”	186
7.3.	Sistemas eleitorais	187
7.3.1.	Sistema eleitoral majoritário	187
7.3.2.	Sistema eleitoral proporcional	188
7.4.	Convenções partidárias.....	190
7.4.1.	Omissão estatutária e diretrizes nacionais.....	191
7.4.2.	Anulação de deliberações e controle hierárquico.....	191
7.4.3.	Prazo de realização, delegação e federações partidárias	192
7.4.4.	Formalidades das convenções partidárias.....	193
7.5.	Registro de candidatura.....	194
7.5.1.	Prazos, DRAP e a inércia partidária (o RRCI)	195
7.5.2.	Limites de vagas, cotas e vagas remanescentes	196
7.5.3.	Requisitos, documentação e diligências.....	196
7.5.4.	A quitação eleitoral	197
7.5.5.	Variação nominal e homonímia.....	199
7.5.6.	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) e atuação de ofício	200
7.5.7.	Substituição de candidatos	200
7.5.8.	Candidaturas <i>sub judice</i> e a destinação dos votos.....	201
7.6.	Votação.....	202
7.6.1.	Locais de votação.....	202
7.6.2.	Mesas receptoras de votos e o poder de polícia.....	202
7.6.3.	Horário e as prioridades legais.....	204
7.6.4.	Identificação do eleitor e biometria.....	204
7.6.5.	O Sigilo do voto: aparelhos eletrônicos e a inconstitucionalidade do voto impresso.....	205
7.6.6.	Acessibilidade e inclusão.....	206
7.6.7.	Fiscalização do processo eleitoral.....	207
7.6.7.1.	Fiscalização partidária e a manifestação do eleitor	207
7.6.7.2.	Auditoria e segurança do sistema eletrônico (cerimônias e testes de integridade)	208
7.6.8.	Votação por cédulas (contingência)	210
7.6.9.	Encerramento e emissão do boletim de urna	210
7.7.	Apuração e totalização dos votos.....	211
7.7.1.	O sistema eletrônico de votação e apuração	212
7.7.2.	A força probatória do boletim de urna	212
7.7.3.	As comissões apuradoras e as reclamações	213
7.7.4.	O cômputo dos votos <i>sub judice</i>	214
7.7.5.	Eleição suplementar vs. renovação das eleições.....	214
7.8.	Proclamação dos eleitos	215
7.9.	Diplomação dos eleitos.....	216

7.9.1.	A diplomação como marco divisor do processo eleitoral.....	217
7.9.2.	Efeitos constitucionais e legais da diplomação	217
7.9.3.	A diplomação dos suplentes e a linha sucessória	218
7.9.4.	Diplomação <i>sub judice</i> e eleições suplementares	219

CAPÍTULO 8

PROPAGANDA POLÍTICA 221

8.1.	Conceito e espécies	221
8.2.	Propaganda eleitoral	221
8.2.1.	Propaganda eleitoral antecipada	222
8.2.2.	Propaganda em bens públicos e de uso comum	224
8.2.3.	Propaganda em bens particulares e comitês de campanha e as regras de posturas municipais	225
8.2.4.	A vedação à propaganda eleitoral mediante <i>outdoors</i>	226
8.2.5.	Material gráfico, a regra do vice e o “derrame de santinhos”	226
8.2.6.	Eventos de rua, carreatas, comícios e <i>showmícios</i>	227
8.2.7.	Imprensa escrita, rádio e televisão	228
8.2.8.	Os debates no rádio e na televisão	229
8.2.9.	Propaganda na internet e impulsionamento de conteúdo	231
8.2.10.	O dia da eleição: manifestação individual x boca de urna	232
8.3.	Propaganda partidária	233
8.3.1.	Propaganda nas sedes partidárias	233
8.3.2.	Propaganda partidária no rádio e na televisão	234
8.3.3.	Cláusula de desempenho e suspensão no período eleitoral	235
8.3.4.	Objetivos e a cota de participação feminina	235
8.3.5.	Vedações, desvirtuamento e sanções	236
8.4.	Propaganda intrapartidária	237
8.4.1.	Prazos, limites materiais e remoção	237
8.4.2.	O ambiente virtual e as redes sociais	238
8.4.3.	O desvirtuamento e a configuração de propaganda antecipada	238
8.5.	Propaganda institucional	239
8.6.	Direito de resposta	240
8.6.1.	Os critérios para a concessão do direito de resposta	240
8.6.2.	Legitimidade ativa e passiva no direito de resposta	241
8.6.3.	Hipóteses de cabimento e a crítica política	242
8.6.4.	Prazos decadenciais e rito	243
8.6.5.	A internet, as redes sociais e os carros de som	244
8.6.6.	Formato da reparação e a crítica ao “dobro do tempo” na internet	244
8.6.7.	A perda superveniente do objeto	245
8.7.	Poder de polícia	245
8.7.1.	Formas de exercício e atuação de ofício	245

8.7.2.	O poder de polícia vs. a aplicação de multas	246
8.7.3.	Competência jurisdicional.....	247
8.7.4.	Limites, proporcionalidade e a vedação à censura prévia	247
8.7.5.	O poder de polícia e as normas de postura municipal	248
8.8.	Desinformação (<i>fake news</i>) e o controle da propaganda na internet.....	248

CAPÍTULO 9

PESQUISAS ELEITORAIS 251

9.1.	Conceito, espécies e controle judicial das pesquisas eleitorais	251
9.2.	Diferenciação: pesquisas vs. enquetes ou sondagens.....	252
9.3.	Obrigatoriedade do registro das pesquisas eleitorais	253
9.4.	Informações obrigatórias no registro das pesquisas eleitorais.....	254
9.5.	Regras de divulgação das pesquisas eleitorais	256
9.6.	Infrações, sanções pecuniárias e suspensão da divulgação dos resultados	258
9.7.	Fiscalização dos partidos políticos	259
9.8.	Tipos penais dos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504/1997.....	260

CAPÍTULO 10

FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS..... 263

10.1.	Disposições gerais, pressupostos e responsabilidades no financiamento eleitoral	263
10.2.	Abertura de conta bancária	264
10.3.	Os recibos eleitorais.....	266
10.4.	Fontes lícitas de recursos.....	268
10.5.	Financiamento coletivo (<i>crowdfunding</i>) e novas formas de arrecadação	269
10.6.	Fontes vedadas de recursos.....	271
10.7.	Recursos de Origem Não Identificada (RONI).....	272
10.8.	Autofinanciamento de campanha.....	273
10.9.	Recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário	273
10.10.	Execução e impenhorabilidade de fundos públicos nas campanhas (FEFC e Fundo Partidário)	275
10.11.	Limites de gastos	277
10.12.	Prestação de contas de campanha	279
10.13.	Procedimento e julgamento da prestação de contas de campanha	280
10.14.	Julgamento de contas não prestadas e seus efeitos.....	282
10.15.	Sobras de campanha e assunção de dívidas.....	283

CAPÍTULO 11

AÇÕES ELEITORAIS..... 285

11.1.	Teoria geral das ações eleitorais e a tipicidade dos meios de impugnação na jurisdição eleitoral	285
-------	--	-----

11.2.	Ação de impugnação de mandato eletivo	287
11.2.1.	Prazos, gratuidade e rito processual	287
11.2.2.	Legitimidade ativa e passiva e competência	288
11.2.3.	Hipóteses de cabimento: abuso, corrupção e fraude	289
11.2.4.	Reunião de ações (art. 96-B) e o fim da “potencialidade lesiva”	290
11.2.5.	Tramitação em segredo de justiça	291
11.2.6.	Efeitos do julgamento: novas eleições, inelegibilidade e a inaplicabilidade de multas	291
11.3.	Ação de impugnação de registro de candidatura	292
11.3.1.	Arguição de inelegibilidade	292
11.3.2.	Conceito, natureza jurídica e petição inicial da AIRC	293
11.3.3.	Legitimidade ativa	295
11.3.4.	Litisconsórcio passivo	296
11.3.5.	Prazo	297
11.3.6.	Rito processual	297
11.3.7.	Sistema recursal	299
11.4.	Ação de investigação judicial eleitoral	301
11.4.1.	Conceito e objeto jurídico	301
11.4.2.	Competência	301
11.4.3.	Legitimidade ativa	302
11.4.4.	Legitimidade passiva	304
11.4.5.	Prazo	305
11.4.6.	Hipóteses de cabimento	306
11.4.7.	Petição inicial	306
11.4.8.	Rito processual	308
11.4.9.	Efeitos do julgamento	312
11.4.10.	Sistema recursal	314
11.5.	Ação rescisória eleitoral	315
11.5.1.	Hipóteses estritas de cabimento	315
11.5.2.	Legitimidade ativa e passiva	316
11.5.3.	Prazo decadencial de 120 Dias	317
11.5.4.	Rito processual, efeitos da decisão e recursos	317
11.5.5.	Querela Nullitatis Insanabilis	318
11.6.	Recurso Contra a Expedição de Diploma	319
11.6.1.	Natureza jurídica	319
11.6.2.	Petição inicial e prazo	320
11.6.3.	Legitimidade ativa	321
11.6.4.	Legitimidade passiva	322
11.6.5.	Rito processual e competência	323
11.6.6.	Hipóteses de cabimento	324
11.6.7.	Efeitos do julgamento	326
11.6.8.	Sistema recursal	327

11.7. Representação por captação ilícita de sufrágio.....	327
11.7.1. Conceito.....	327
11.7.2. Competência.....	328
11.7.3. Legitimidade ativa e passiva.....	328
11.7.4. Prazo.....	329
11.7.5. Hipótese de cabimento e critérios de julgamento.....	330
11.7.6. Rito processual, efeitos da decisão e sistema recursal.....	331
11.8. Representação por arrecadação e gastos ilícitos de campanha.....	332
11.8.1. Conceito.....	332
11.8.2. Legitimidade ativa e passiva.....	333
11.8.3. Competência.....	333
11.8.4. Petição inicial e prazo.....	334
11.8.5. Rito processual.....	334
11.8.6. Critérios de julgamento e seus efeitos.....	335
11.8.7. Sistema recursal.....	337
11.9. Representação e reclamação por descumprimento da Lei nº 9.504/1997.....	338
11.9.1. Conceito.....	338
11.9.2. Legitimidade ativa e passiva.....	339
11.9.3. Competência.....	341
11.9.4. Hipóteses de cabimento.....	342
11.9.5. Prazos.....	344
11.9.6. Petição inicial.....	345
11.9.7. Rito processual e produção probatória.....	346
11.9.8. Efeitos da decisão.....	348
11.9.9. Sistema recursal.....	349
11.10. Representações por doação acima do limite.....	350
11.10.1. Conceito, limites de doação e procedimento investigativo.....	350
11.10.2. Procedimento de apuração.....	352
11.10.3. Legitimidade ativa e passiva.....	352
11.10.4. Rito processual.....	353
11.10.5. Competência.....	354
11.10.6. Petição inicial, prazo e a quebra de sigilo.....	354
11.10.7. Efeitos da decisão.....	355
11.10.8. Sistema recursal.....	356
11.11. Consultas eleitorais.....	357
11.11.1. Conceito.....	357
11.11.2. Requisitos de admissibilidade.....	357
11.11.3. Legitimidade ativa.....	358
11.11.4. Impossibilidade no período eleitoral.....	359
11.11.5. Efeitos das decisões proferidas nas consultas eleitorais.....	360
11.12. Mandado de segurança em matéria eleitoral.....	360
11.12.1. Conceito, cabimento e prioridade de tramitação.....	360

11.12.2. Competência jurisdicional	361
11.12.3. Cabimento contra ato praticado no exercício do poder de polícia e contra atos partidários	363
11.12.4. Sistema recursal	363
11.13. Ações decorrentes de desfiliação partidária	364
11.13.1. Conceito e restrição aos cargos proporcionais	364
11.13.2. Ação declaratória de justa causa para desfiliação partidária	365
11.13.3. Ação de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária	366
11.13.4. As hipóteses legais de justa causa (art. 22-A da Lei nº 9.096/1995)	367
11.13.4.1. Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário	367
11.13.4.2. Grave discriminação política pessoal	368
11.13.4.3. A "janela partidária"	369
11.13.4.4. A concordância expressa do partido (carta de anuência)	369
11.14. Requerimento de declaração de elegibilidade (RDE)	371
11.14.1. Conceito	371
11.14.2. Legitimidade ativa e passiva	372
11.14.3. Petição inicial, rito processual e requisitos	372
11.14.4. Efeitos da decisão e julgamento conjunto com o registro	373

CAPÍTULO 12

ILÍCITOS ELEITORAIS	375
12.1. Teoria geral dos ilícitos eleitorais	375
12.2. Condutas vedadas aos agentes públicos	376
12.2.1. Conceito, natureza jurídica e objeto	376
12.2.2. Uso de bens, materiais e serviços públicos	377
12.2.3. Movimentação e uso de servidores públicos	379
12.2.4. Programas sociais e distribuição de bens	380
12.2.5. Restrições nos três meses antes do pleito	381
12.2.5.1. Transferências voluntárias	382
12.2.5.2. Publicidade institucional	383
12.2.5.3. Pronunciamentos oficiais	385
12.2.6. Limites de gastos publicitários e remuneração	386
12.2.7. Inaugurações de obras públicas e shows artísticos	387
12.2.8. Sanções e o princípio da proporcionalidade	388
12.3. As espécies de abuso de poder	390
12.3.1. Conceito e a exigência de gravidade (superação da potencialidade lesiva)	390
12.3.2. Abuso do poder econômico	391
12.3.3. Abuso do poder político e de autoridade	393
12.3.4. Uso indevido dos meios de comunicação social e a desinformação (<i>fake news</i>)	394

12.3.5. O “abuso de poder religioso”	397
12.3.6. A fraude à cota de gênero como abuso de poder.....	398
12.4. Captação ilícita de sufrágio (compra de votos)	400
12.4.1. Conceito	400
12.4.2. Requisitos, período e a inexigibilidade de pedido explícito	402
12.4.3. A vantagem e a desnecessidade de individualização do eleitor	403
12.4.4. Rito processual, competência e legitimidade.....	404
12.4.5. Sanções e cumulatividade	405
12.5. Captação e gastos ilícitos de recursos	406
12.5.1. Bem jurídico tutelado e a exigência de gravidade (ilegalidade qualifi- cada)	406
12.5.2. O “caixa dois” e a burla à rastreabilidade bancária.....	407
12.5.3. Recursos de origem não identificada (RONI) e fontes vedadas	409
12.5.4. Extrapolação do limite de gastos e autofinanciamento irregular.....	410
12.5.5. O desvio de finalidade nas cotas afirmativas (gênero, raça e etnia indíge- na)	411

CAPÍTULO 13

RECURSOS ELEITORAIS..... 413

13.1. Aspectos gerais dos recursos eleitorais.....	413
13.1.1. Efeitos dos recursos.....	413
13.1.2. Prazos e sua contagem.....	414
13.1.3. Preclusão e matéria constitucional	415
13.1.4. Prevenção	416
13.1.5. Legitimidade recursal, interesse e gratuidade.....	416
13.2. Recursos em espécie	417
13.2.1. Recurso nominado	417
13.2.1.1. Conceito.....	417
13.2.1.2. Fungibilidade recursal	418
13.2.1.3. Interposição do recurso e a juntada de documentos novos.....	418
13.2.1.4. Processamento do recurso em primeiro grau e inexistência de juízo de admissibilidade	419
13.2.1.5. Julgamento do recurso no TRE	420
13.2.2. Embargos de declaração	422
13.2.2.1. Hipóteses de cabimento	422
13.2.2.2. Efeito infringente e interrupção de prazo para outros recursos.....	423
13.2.2.3. Prazo.....	423
13.2.2.4. Embargos protelatórios e multas	424
13.2.3. Recurso especial	424
13.2.3.1. Conceito e natureza.....	424
13.2.3.2. Requisitos e efeitos	425
13.2.3.3. Hipóteses de cabimento	426

13.2.3.4. Prazo.....	427
13.2.3.5. Processamento do recurso e julgamento	428
13.2.4. Recurso ordinário.....	429
13.2.4.1. Conceito e natureza.....	429
13.2.4.2. Hipóteses de cabimento	429
13.2.4.3. Prazos, processamento e a ausência de juízo de admissibilidade ...	430
13.2.5. Recurso extraordinário em matéria eleitoral.....	431
13.2.6. Agravo de instrumento	432
13.2.6.1. Cabimento.....	432
13.2.6.2. Processamento e requisitos do recurso	432
13.2.6.3. Ausência de juízo de admissibilidade na origem e julgamento no TSE.....	434

CAPÍTULO 14

CRIMES ELEITORAIS 435

14.1. Investigação dos crimes eleitorais.....	435
14.2. As ações penais eleitorais.....	438
14.2.1. Competência criminal da Justiça Eleitoral	438
14.2.2. Justiça penal consensual e institutos despenalizadores.....	439
14.2.3. A denúncia por crimes eleitorais.....	440
14.2.4. Processamento das ações penais eleitorais.....	441
14.2.5. Sistema recursal nas ações penais eleitorais.....	442
14.2.6. Execução da sentença penal condenatória nas ações penais eleitorais.....	443
14.3. Espécies e penas dos crimes eleitorais.....	444
14.4. Classificação dos crimes eleitorais	445

SÚMULAS DO TSE..... 451

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 461